

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	11
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	18

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	56
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.485
Preferenciais	38.517
Total	87.002
Em Tesouraria	
Ordinárias	8
Preferenciais	2
Total	10

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	31/07/2013	Juros sobre Capital Próprio	14/08/2013	Ordinária		0,74634
Reunião do Conselho de Administração	31/07/2013	Juros sobre Capital Próprio	14/08/2013	Preferencial		0,82097
Reunião do Conselho de Administração	31/07/2013	Dividendo	14/08/2013	Ordinária		1,19392
Reunião do Conselho de Administração	31/07/2013	Dividendo	14/08/2013	Preferencial		1,31332

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	33.863.244	31.888.888
1.01	Ativo Circulante	15.832.719	14.312.230
1.01.01	Disponibilidades	132.089	121.853
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.197.716	6.514.841
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	8.041.673	6.384.020
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	156.043	130.821
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	686.234	459.453
1.01.03.01	Carteira Própria	685.802	309.498
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	365	0
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	14	0
1.01.03.04	Vinculados a Prestação de Garantias	53	149.955
1.01.04	Relações Interfinanceiras	426.914	315.987
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	91.277	1.126
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	319.262	306.374
1.01.04.03	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	14.508	6.191
1.01.04.04	Repases Interfinanceiros	1.067	986
1.01.04.05	Correspondentes	800	1.310
1.01.06	Operações de Crédito	4.237.946	4.775.461
1.01.06.01	Setor Público	129.371	102.633
1.01.06.02	Setor Privado	4.527.151	5.096.503
1.01.06.03	Provisões para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-418.576	-423.675
1.01.08	Outros Créditos	2.120.535	2.100.029
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	0	8
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	567.872	592.978
1.01.08.03	Rendas a Receber	8.994	25.434
1.01.08.04	Negociações e Intermediações de Valores	4	4
1.01.08.05	Diversos	1.561.761	1.558.087
1.01.08.06	Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-18.096	-76.482
1.01.09	Outros Valores e Bens	31.285	24.606
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	5.789	5.924
1.01.09.02	Provisões para Desvalorizações	-723	-760
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	26.219	19.442
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.795.527	17.375.096
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	10.964.322	10.783.710
1.02.02.01	Carteira Própria	9.299.196	9.691.773
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	1.086.431	665.509
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	283.224	193.640
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	295.471	232.788
1.02.03	Relações Interfinanceiras	41.776	40.609
1.02.03.01	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	542	3
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	38.565	37.156
1.02.03.03	Repases Interfinanceiros	2.669	3.450
1.02.05	Operações de Crédito	5.942.356	5.748.868
1.02.05.01	Setor Público	1.219.005	1.262.790

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1.02.05.02	Setor Privado	5.125.882	4.861.160
1.02.05.03	Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-402.531	-375.082
1.02.07	Outros Créditos	847.073	801.909
1.02.07.01	Rendas a Receber	18.049	7
1.02.07.02	Diversos	875.631	806.214
1.02.07.03	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-46.607	-4.312
1.03	Ativo Permanente	234.998	201.562
1.03.01	Investimentos	1.800	1.720
1.03.01.04	Outros Investimentos	7.103	7.023
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	224.622	198.906
1.03.02.01	Imóveis de Uso	159.937	152.457
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	105.410	105.410
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	231.069	191.645
1.03.02.04	Depreciação Acumulada	-271.794	-250.606
1.03.04	Intangível	7.996	0
1.03.05	Diferido	580	936
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	2.033	2.939
1.03.05.02	Amortização Acumulada	-1.453	-2.003

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	33.863.244	31.888.888
2.01	Passivo Circulante	11.365.326	10.594.408
2.01.01	Depósitos	5.671.905	4.772.938
2.01.01.01	Depósitos à Vista	173.038	118.635
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.631.935	1.615.970
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	961.855	593.137
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.905.077	2.445.196
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.055.771	738.598
2.01.02.01	Carteira Própria	1.028.620	581.802
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	27.151	156.796
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	39.893	75.476
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	15.209	66.869
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	24.684	8.607
2.01.04	Relações Interfinanceiras	61.972	66
2.01.04.01	Recebimento e Pagamentos a Liquidar	61.972	66
2.01.05	Relações Interdependências	31.651	15.586
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	31.419	15.578
2.01.05.02	Transferência Interna de Recursos	232	8
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	831.587	826.189
2.01.06.01	Empréstimo no País - Instituições Financeiras	19.145	17.912
2.01.06.02	Empréstimo no Exterior	812.442	808.277
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	156.991	121.769
2.01.07.01	Tesouro Nacional	223	253
2.01.07.02	BNDES	132.519	101.633
2.01.07.03	FINAME	24.249	19.883
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	97.523	88.354
2.01.09	Outras Obrigações	3.418.033	3.955.432
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.170	2.184
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	28.827	3.154
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	15.590	32.008
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	16.037	95.061
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	527.881	825.052
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	68	68
2.01.09.07	Fundo Financeiros e de Desenvolvimento	1.190.142	1.673.702
2.01.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	57.264	74.143
2.01.09.09	Diversas	1.581.054	1.250.060
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	19.985.007	18.610.729
2.02.01	Depósitos	5.263.132	5.048.501
2.02.01.01	Depósitos à Vista	8.395	15.383
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	112.812	78.890
2.02.01.03	Depósito a Prazo	5.141.925	4.954.228
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	55.668	81.917
2.02.02.01	Carteira Própria	55.668	81.917
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.421.373	1.318.769

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	0	418
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.421.373	1.318.351
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	0	17.912
2.02.06.01	Empréstimo no País - Instituições Oficiais	0	17.912
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.549.850	1.464.432
2.02.07.01	Tesouro Nacional	536	556
2.02.07.02	BNDES	1.396.579	1.333.988
2.02.07.03	FINAME	152.735	129.888
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	741.856	736.841
2.02.09	Outras Obrigações	10.953.128	9.942.357
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	693	6.405
2.02.09.02	Fundo Financeiros e de Desenvolvimento	5.823.801	5.005.676
2.02.09.03	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.171.240	1.128.249
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.422.415	1.332.382
2.02.09.05	Diversas	2.534.979	2.469.645
2.05	Patrimônio Líquido	2.512.911	2.683.751
2.05.01	Capital Social Realizado	2.437.000	2.142.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	21.183	22.904
2.05.03.01	Ativos Próprios	21.183	22.904
2.05.04	Reservas de Lucro	475.861	425.110
2.05.04.01	Legal	140.055	130.054
2.05.04.02	Estatutária	327.483	295.440
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	8.323	-384
2.05.04.07.01	Ações em Tesouraria	-384	-384
2.05.04.07.02	Reserva Especiais de Lucros Outros	8.707	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-490.802	-218.392
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-490.802	-218.392
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	69.669	312.129

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	895.250	2.585.668	773.842	2.703.090
3.01.01	Operações de Crédito	427.713	1.283.243	408.766	1.410.624
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	416.587	1.103.048	326.428	1.020.900
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	25.817	77.037	-20	114.245
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	19.547	102.716	32.304	139.627
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	4.751	13.498	4.195	15.525
3.01.06	Operação de Vendas ou de Transferência de Ativos Financeiros	835	6.126	2.169	2.169
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-555.805	-1.909.602	-514.791	-2.026.336
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-272.480	-754.724	-199.261	-784.341
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-182.282	-657.805	-160.955	-846.713
3.02.03	Operação de Vendas ou de Transferência de Ativos Financeiros	0	0	-2	-2
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-101.043	-497.073	-154.573	-395.280
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	339.445	676.066	259.051	676.754
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-105.458	-255.808	-166.103	-374.690
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	359.898	1.204.707	314.932	1.038.908
3.04.02	Despesas de Pessoal	-310.864	-910.801	-274.551	-821.868
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-209.020	-593.448	-195.729	-615.509
3.04.04	Despesas Tributárias	-56.624	-163.188	-46.264	-142.534
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	307.022	1.026.847	335.512	1.149.564
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-195.870	-819.925	-300.003	-983.251
3.05	Resultado Operacional	233.987	420.258	92.948	302.064
3.06	Resultado Não Operacional	-277	-194	1.151	2.270
3.06.01	Receitas	1.454	2.253	1.261	2.937
3.06.02	Despesas	-1.731	-2.447	-110	-667
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	233.710	420.064	94.099	304.334
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-64.939	-281.574	-81.432	-221.744
3.09	IR Diferido	-63.383	181.008	240.555	618.492

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.693	-15.775	-4.498	-22.004
3.10.01	Participações	-1.693	-15.775	-4.498	-22.004
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	103.695	303.723	248.724	679.078
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	1,19201	3,49137	2,85916	7,80621

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	103.695	303.723	248.724	679.078
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-32.197	-270.689	-274.105	-393.784
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-138.931	-475.336	-17.622	88.249
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação de Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	55.572	190.134	7.049	-35.300
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	956	2.868	956	2.868
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-382	-1.147	-383	-1.148
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	50.588	12.792	-264.105	-448.453
4.03	Resultado Abrangente do Período	71.498	33.034	-25.381	285.294

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.582.198	4.426.557
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.446.920	1.728.643
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	303.723	679.078
6.01.01.02	Despesas de Depreciação e Amortização	26.166	21.749
6.01.01.04	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-37	-404
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	482.093	366.526
6.01.01.06	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	14.980	28.754
6.01.01.07	Provisão para Passivo Risco do FNE	495.493	488.223
6.01.01.08	Provisão para Passivo Contingente	31.956	102.021
6.01.01.09	Provisão (Benefício Pós Emprego)	112.287	103.475
6.01.01.10	Despesas de Outras Provisões Operacionais	5.250	4.212
6.01.01.11	Reversão de Provisões Operacionais	-14.995	-118.357
6.01.01.12	Despesas de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	90.032	87.319
6.01.01.13	Despesas de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	102.125	96.186
6.01.01.14	Dividendos e Juros sobre o capital próprio Provisionados	-202.153	-130.123
6.01.01.16	Resultado de Exercícios Futuros	0	-16
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.135.278	2.697.914
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-2.586	-125.256
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependências	-34.123	-50.783
6.01.02.03	Operações de Crédito	-138.066	-100.908
6.01.02.04	Outros Créditos	108.544	-397.041
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-6.666	-11.816
6.01.02.06	Depósitos	1.113.598	1.004.845
6.01.02.07	Captações no Mercado Aberto	290.924	166.906
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	67.021	682.197
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	122.310	266.168
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros e Derivativos	-96.324	-142.426
6.01.02.11	Outras Obrigações	67.666	1.722.066
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-357.020	-316.038
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-677.800	-1.233.601
6.02.01	Títulos Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-631.014	-752.675
6.02.02	Ganho e Perdas Atuariais	12.792	-448.453
6.02.03	Inversões em Investimentos	-80	-147
6.02.04	Inversões em Imobilizado de Uso	-52.136	-32.496
6.02.05	Inversões em Intangível	-7.996	0
6.02.06	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-333	-383
6.02.08	Alienação de Imobilizado de Uso	610	28
6.02.09	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	357	525
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-241.890	-130.113
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-241.890	-130.113
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.662.508	3.062.843
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.484.104	3.185.693
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.146.612	6.248.536

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.142.000	0	22.904	425.494	0	93.353	2.683.751
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	312.129	-312.129	0
5.03	Saldo Ajustado	2.142.000	0	22.904	425.494	312.129	-218.776	2.683.751
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	303.723	0	303.723
5.05	Destinações	0	0	0	345.751	-547.904	0	-202.153
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-83.821	0	-83.821
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-67.800	0	-67.800
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	345.751	-396.283	0	-50.532
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	10.001	-10.001	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	327.042	-327.042	0	0
5.05.03.03	Dividendos Adicionais Propostos (Div e JCP)	0	0	0	8.708	-59.143	0	-50.435
5.05.03.05	Provisão de IR sobre JCP	0	0	0	0	-97	0	-97
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.721	0	1.721	-272.410	-272.410
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-285.202	-285.202
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-1.721	0	1.721	0	0
5.07.06	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	12.792	12.792
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	295.000	0	0	-295.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	295.000	0	0	-295.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.437.000	0	21.183	476.245	69.669	-491.186	2.512.911

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.010.000	0	25.198	244.536	0	49.765	2.329.499
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.010.000	0	25.198	244.536	0	49.765	2.329.499
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	679.078	0	679.078
5.05	Destinações	0	0	0	117.030	-247.152	0	-130.122
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-61.467	0	-61.467
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	117.030	-185.685	0	-68.655
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	12.300	-12.300	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	111.768	-111.768	0	0
5.05.03.03	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	0	-61.521	0	-61.521
5.05.03.04	Provisão do Imposto de Renda sobre JCP	0	0	0	0	-96	0	-96
5.05.03.05	Outros	0	0	0	-7.038	0	0	-7.038
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.720	0	1.720	-395.504	-395.504
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	52.949	52.949
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-1.720	0	1.720	0	0
5.07.06	Ganho e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-448.453	-448.453
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	132.000	0	0	-132.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	132.000	0	0	-132.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.142.000	0	23.478	229.566	433.646	-345.739	2.482.951

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	3.500.031	3.515.302
7.01.01	Intermediação Financeira	2.585.668	2.703.090
7.01.02	Prestação de Serviços	1.204.707	1.038.908
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-497.073	-395.280
7.01.04	Outras	206.729	168.584
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.412.529	-1.631.056
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-554.539	-584.374
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-50.340	-45.246
7.03.02	Serviços de Terceiros	-283.423	-262.621
7.03.04	Outros	-220.776	-276.507
7.03.04.01	Processamento de Dados e Telecomunicações	-120.528	-129.230
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicações	-16.319	-34.678
7.03.04.03	Transportes	-13.940	-12.089
7.03.04.04	Segurança	-21.130	-17.694
7.03.04.05	Viagens	-10.848	-11.255
7.03.04.06	Outras	-38.011	-71.561
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.532.963	1.299.872
7.05	Retenções	-26.166	-21.749
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.166	-21.749
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.506.797	1.278.123
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.506.797	1.278.123
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.506.797	1.278.123
7.09.01	Pessoal	800.574	730.119
7.09.01.01	Remuneração Direta	551.836	502.202
7.09.01.02	Benefícios	208.146	191.328
7.09.01.03	F.G.T.S.	40.592	36.589
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	389.757	-140.460
7.09.02.01	Federais	377.153	-151.334
7.09.02.02	Estaduais	62	33
7.09.02.03	Municipais	12.542	10.841
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.743	9.386
7.09.03.01	Aluguéis	12.743	9.386
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	303.723	679.078
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	101.206	67.300
7.09.04.02	Dividendos	108.460	55.785
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	94.057	555.993

Comentário do Desempenho

INTRODUÇÃO

No terceiro trimestre de 2013, o Banco do Nordeste contratou R\$ 4,7 bilhões, o que corresponde a 1.049.554 operações de empréstimos e financiamentos, apresentando crescimento de 12,2% na quantidade e de 4,4% no valor em relação ao terceiro trimestre de 2012. Dessa forma, o Banco ampliou o seu apoio ao setor produtivo, tanto em quantidade de operações contratadas quanto em volume de recursos disponibilizados, buscando, por meio do crédito e de outras ações a seguir detalhadas, melhorar os indicadores socioeconômicos e reduzir as disparidades regionais. Em linha com os objetivos estratégicos de “manter a liderança em microfinança e agricultura familiar e ser o principal Banco das MPEs da Região Nordeste”, buscou atender, prioritariamente, os agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas e o microempreendedor formal.

AÇÕES VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Reunião com o BID para concluir última missão do Prodepro - Durante a semana de 12 a 15 de agosto, nove especialistas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estiveram reunidos no Centro Administrativo do Banco do Nordeste, com o objetivo de verificar algumas condições necessárias para a estruturação do Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (Prodepro), procurando avançar para etapa de negociação do empréstimo. Essa reunião, denominada de “missão de orientação”, procurou discutir o desenho financeiro da operação; a avaliação econômica global, incluindo a matriz de resultados e impactos; a seleção dos projetos prioritários a serem executados na primeira etapa; os critérios de elegibilidade desses projetos e a análise da capacidade institucional do Banco, como executor do programa.

O Prodepro busca trazer o desenvolvimento da produção por meio do financiamento de infraestrutura e de empreendimentos associados nas cadeias produtivas. Além disso, pretende maximizar a integração física entre os estados nordestinos com as demais regiões do país, expandindo o comércio interno e externo destes estados e incrementando a atração de investimentos e o fomento às exportações, gerando um aumento de emprego e renda no Nordeste. Serão disponibilizados US\$ 1 bilhão para financiar projetos de infraestrutura e empreendimentos necessários à superação dos gargalos das principais cadeias produtivas da Região.

Programa de exportação a empresas do semiárido - Com o intuito de estimular as exportações e a geração de divisas, o Banco do Nordeste ampliou as condições do Programa Nordeste Exportação (Nexport), estendendo seu alcance a empresas exportadoras de grande porte localizadas no Semiárido. O programa financia a aquisição de matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo de empresas industriais e agroindustriais para a fabricação de bens para exportação, bem como mercadorias para constituição de estoques de empresas comerciais destinados a exportação. Contando com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Nexport tem taxa de juros efetivas de 10,0% ao ano. Por meio do programa pode-se conceder até R\$ 40 milhões com até 12 meses para pagamento. O Banco do Nordeste fomenta preferencialmente o setor exportador nordestino mediante concessão de crédito para capital de giro via Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE). O Banco aplicou em comércio exterior ao longo do primeiro semestre de 2013 o montante de R\$ 402,9 milhões, oriundos das diversas fontes de recursos.

Comentário do Desempenho

Firmatura de acordos entre o Banco do Nordeste e instituições do Estado do Maranhão - O Banco do Nordeste, a Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura e a Superintendência Federal da Pesca firmaram acordo de cooperação visando expandir a metodologia do Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste, o Agroamigo, para outros grupos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Com isso, pescadores artesanais e aquicultores familiares maranhenses serão favorecidos por meio da concessão de crédito, garantia de assistência técnica e extensão rural e acompanhamento dos empreendimentos. Com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (Sedes), o acordo técnico-financeiro vai implementar as ações do Programa de Superação da Extrema Pobreza, o Viva Oportunidades, com apoio do Crediamigo. Na sede da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), o Banco do Nordeste assinou protocolo de intenções, que vai garantir aos empresários filiados à Fiema atendimento diferenciado, de forma a incentivar o acesso a financiamentos que possibilitem o fortalecimento da capacidade empresarial, a competitividade e o desenvolvimento produtivo de empresas de todos os portes, desde que estejam instaladas no Maranhão.

Parceria entre o Banco do Nordeste e o SEBRAE - O Banco do Nordeste e o Sebrae firmaram acordo de cooperação na sede do Sebrae, em Vitória (ES). O objetivo da parceria é intensificar ações de divulgação e negócios do Programa de Microcrédito Orientado do Banco, o Crediamigo, além de promover a capacitação gerencial e orientação técnica, o acesso ao crédito e o desenvolvimento dos empreendedores urbanos. A carteira ativa do Crediamigo no Espírito Santo, até agosto, era de mais de R\$ 4,9 milhões, com 2.626 clientes, o que representa aumento de 34% em relação ao mesmo período do ano passado.

FATOS ADMINISTRATIVOS

Ampliação da rede de atendimento - O Banco do Nordeste inaugurou mais cinco agências. No Maranhão foram inauguradas Timon e Imperatriz Bernardo Sayão. No Ceará, o Banco inaugurou Sobral Domingos Olímpio e Agência Fortaleza Washington Soares e, na Bahia, a Agência Seabra, Unidade plena. As novas unidades vão trabalhar com a quantidade mínima de papel, já que os documentos passam por processo de digitalização. As Agências do Ceará terão foco no segmento das micro, pequenas e médias empresas.

Realização de workshop em gerenciamento de projetos - Buscando alinhar a evolução e os desafios em gerenciamento de projetos, o Banco do Nordeste promoveu para seus gestores o primeiro “*Workshop* em Gerenciamento de Projetos”. Durante o encontro, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer a evolução e os desafios em gerenciamento de projetos em outras instituições, e aprender como um Escritório de Projetos pode atuar no incremento de valor e na sustentabilidade da empresa.

Conversão das ações preferenciais em ordinárias - A 94ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de agosto de 2013, aprovou a conversão das ações preferenciais em ordinárias e as consequentes alterações estatutárias, eliminando os artigos que descrevem as características e direitos das ações preferenciais. Esta conversão teve como objetivos proporcionar maior liquidez às ações do BNB, elevar o nível de governança corporativa e favorecer a valorização das ações do Banco do Nordeste.

Comentário do Desempenho

Efetivação de parceria entre o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil amplia rede compartilhada de autoatendimento - O Banco do Nordeste ampliou, em 471%, a sua rede compartilhada de autoatendimento. O BNB negociou com o Banco do Brasil a ampliação do compartilhamento da rede de terminais, com objetivo de aumentar sua capilaridade proporcionando mais comodidade a seus clientes. Além dos mais de cinco mil pontos externos, ampliou-se de 175 para 1 mil o número de municípios atendidos, totalizando quase 2 mil novas salas de autoatendimento vinculadas às agências do Banco do Brasil. A ampliação de uso dos terminais em novos municípios na Região Nordeste vai beneficiar especialmente o cliente de microfinanças do Banco do Nordeste, visto que a iniciativa teve como foco praças onde a operação de microfinanças tem maior volume de clientes e de negócios ou praças com grande potencial negócios. A parceria vai permitir que o cliente saque os recursos em seu próprio município, reduzindo deslocamentos e otimizando o tempo em sua atividade produtiva. Na rede compartilhada, os clientes do Banco do Nordeste podem realizar operações de saque e consulta de saldo. As operações de saque são limitadas a R\$ 1 mil reais por dia, com redução para R\$ 500 no horário noturno. O serviço será tarifado quando exceder o 5º saque em conta corrente e o 3º saque em conta poupança, no mesmo mês.

Cadastro Empresa Pró-Ética - O Banco do Nordeste aderiu ao Cadastro Empresa Pró-Ética, assumindo o compromisso público e voluntário, perante o governo e a sociedade, com a adoção de medidas para prevenir e combater a corrupção, em favor da ética nos negócios. O Cadastro Empresa Pró-Ética dá visibilidade às empresas que compartilham a ideia de que a corrupção é um problema que deve ser prevenido e combatido não só pelo governo, mas também pelo setor privado e pela sociedade. Com isto, o Banco do Nordeste reafirma a sua disposição em cumprimento das boas práticas de promoção da ética e da integridade corporativas.

Contratação de CDC - Crédito Direto ao Consumidor por meio de aplicativo no aparelho celular - O Banco do Nordeste atualizou o aplicativo Nordeste Eletrônico Móvel, permitindo que os clientes do Banco do Nordeste possam acessar e contratar CDC diretamente do seu celular, além de pagarem boletos por meio da captura ótica do código de barras. Dessa forma, os clientes ganham mais agilidade e segurança em suas operações.

Revisão das instâncias decisórias administrativas - O Banco do Nordeste realizou revisão das suas alçadas administrativas editando um novo 'Manual Básico de Instâncias de Decisões Administrativas'. Essa revisão teve como objetivo principal o fortalecimento da governança corporativa do Banco na medida em que estabeleceu decisões colegiadas em todos os níveis que implicam corresponsabilidade dos gestores.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O Banco do Nordeste contratou o valor de R\$ 4,7 bilhões no terceiro trimestre de 2013, envolvendo 1.049.554 operações de empréstimos e financiamentos, apresentando crescimento de 12,2% na quantidade e de 4,4% no valor em relação ao terceiro trimestre de 2012.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No terceiro trimestre de 2013, foi contratado o montante de R\$ 2,3 bilhões de recursos do Fundo, com 135.048 operações realizadas, o que significa uma redução de 5,8% na quantidade de operações e de um acréscimo de 4,9% no valor contratado em relação ao mesmo período de 2012.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o Banco do Nordeste desembolsou R\$ 1,4 bilhão, contratando 840.941 operações no terceiro trimestre de 2013, em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. No terceiro trimestre de 2012, foi

Comentário do Desempenho

desembolsado o valor de R\$ 1,0 bilhão, com a contratação de 673.974 operações. Comparando-se os dois períodos, o Banco do Nordeste apresentou um crescimento de 40,0% no valor desembolsado e de 24,8% na quantidade de operações.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o Banco do Nordeste contratou 125.688 operações de financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 529,0 milhões no terceiro trimestre de 2013, o que representa uma redução de 14,0% no valor contratado e de 5,1% na quantidade de operações com relação ao terceiro trimestre de 2012.

Cumprir registrar que, dentro do Pronaf, o Banco do Nordeste opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural, tendo sido contratado o valor de R\$ 335,4 milhões no terceiro trimestre de 2013, com 110.640 operações realizadas com agricultores familiares, representando um crescimento de 35,0% no valor e de 9,6% na quantidade de operações relativamente a igual período de 2012.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o Banco do Nordeste contratou 16.005 operações de financiamento no montante de R\$ 698,6 milhões ao longo do terceiro trimestre de 2013, representando acréscimo de 5,9% no valor contratado e redução de 30,3% na quantidade de operações com relação ao terceiro trimestre de 2012.

Quanto ao resultado financeiro, o Banco do Nordeste registrou lucro líquido no valor de aproximadamente R\$ 103,7 milhões no terceiro trimestre de 2013, enquanto que havia apresentado prejuízo de R\$ 15,4 milhões no terceiro trimestre de 2012.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381, DE 14.01.2003

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no terceiro trimestre de 2013, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Trimestres findos em 30 de Setembro de 2013 e de 2012****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado****Índice das Notas Explicativas**

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Benefício Pós-Emprego
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 12- Permanente	Nota 28 - Partes Relacionadas
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 29- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Pedro Ramalho, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: “atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável como banco público, competitivo e rentável”. O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);

Notas Explicativas

- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009); e
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Notas Explicativas

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial, bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio de *Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item objeto de *hedge* estão divulgados na nota 7.c.1.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

k) Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social (CSLL), Pasep e Cofins

O IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de *hedge*.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Notas Explicativas

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

A entrada em vigor da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, a partir de janeiro de 2013, proporcionou mudança de prática na contabilização dos benefícios pós-emprego, tendo em vista que os valores correspondentes ao custo do serviço corrente e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo são reconhecidos no Resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido do passivo, são reconhecidos em Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido.

Considerando que o Banco reconhecia, no Resultado, todos os ganhos e perdas atuariais desde 2010, não houve necessidade de realizar cálculos retrospectivos a 31.12.2011, para fins de adoção das disposições da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012.

Reapresentação de Saldos Comparativos

As Informações financeiras de 30 de setembro e de 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas pela apuração das perdas atuariais do período, utilizando-se as melhores estimativas a partir dos dados disponíveis para cálculos da espécie, e estão sendo reapresentadas em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios pós-emprego, na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012.

Os efeitos dessa reapresentação estão resumidos a seguir:

BALANÇOS PATRIMONIAIS	31 de Dezembro de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucros ou Prejuízos Acumulados ⁽¹⁾	-	312.129	312.129
Ajustes de Avaliação Patrimonial ⁽²⁾	93.737	(312.129)	(218.392)

⁽¹⁾ O ajuste em Lucros ou Prejuízos Acumulados refere-se ao valor da perda atuarial apurada, registrada originalmente em conta de Resultado (“Despesas de Pessoal”).

⁽²⁾ A alteração registrada em “Ajustes de Avaliação Patrimonial” refere-se ao valor da perda atuarial apurada, reconhecida originalmente em conta de Resultado (“Despesas de Pessoal”).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	01.07 a 30 de Setembro de 2012			01.01 a 30 de Setembro de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Despesas de Pessoal ⁽¹⁾	(538.656)	264.105	(274.551)	(1.270.321)	448.453	(821.868)
Lucro Líquido ⁽¹⁾	(15.381)	264.105	248.724	230.625	448.453	679.078

⁽¹⁾ Refere-se ao ajuste registrado na rubrica “Despesas de Pessoal” decorrente do valor da perda atuarial apurada.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	01.07 a 30 de Setembro de 2012			01.01 a 30 de Setembro de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido ⁽¹⁾	(15.381)	264.105	248.724	230.625	448.453	679.078
Ganhos ou Perdas Atuariais ⁽²⁾	-	(264.105)	(264.105)	-	(448.453)	(448.453)

⁽¹⁾ Refere-se ao ajuste registrado na rubrica “Despesas de Pessoal” decorrente do valor da perda atuarial apurada.

⁽²⁾ O ajuste registrado na conta “Ganhos e Perdas Atuariais” refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	30 de Setembro de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido do Período ⁽¹⁾	230.625	448.453	679.078
Provisão (Benefícios pós-emprego) ⁽²⁾	551.928	(448.453)	103.475
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Período ⁽³⁾	(9)	(130.114)	(130.123)
Ganhos e Perdas Atuariais ⁽⁴⁾	-	(448.453)	(448.453)
Outras Obrigações ⁽⁵⁾	1.143.499	578.567	1.722.066

⁽¹⁾ O ajuste registrado no Lucro Líquido refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

⁽²⁾ A alteração em “Provisão (Benefícios pós-emprego)” refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

⁽³⁾ A alteração em “Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio” decorre de evidenciação dos valores provisionados de Dividendos e JCP do período jan a set/2012 (R\$ 130.114)

⁽⁴⁾ O registro em “Ganhos e Perdas Atuariais” refere-se ao valor da perda atuarial apurada

⁽⁵⁾ A alteração em “Outras Obrigações” decorre de evidenciação do valor da perda atuarial apurada (R\$ 448.453) e dos valores provisionados de Dividendos e JCP do período jan a set/2012 (R\$ 130.114)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30 de Setembro de 2012			31 de Dezembro de 2012		
	Original	Original	Ajuste	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucros ou Prejuízos Acumulados ⁽¹⁾	(14.807)	448.453	433.646	-	312.129	312.129
Ajustes de Avaliação Patrimonial ⁽²⁾	102.714	(448.453)	(345.739)	93.737	(312.129)	(218.392)

⁽¹⁾ O ajuste registrado na conta “Lucros ou Prejuízos do Período” refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

⁽²⁾ O ajuste registrado na conta “Ganhos e Perdas Atuariais” refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	30 de Setembro de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Benefícios ⁽¹⁾	639.781	(448.453)	191.328
Lucros Retidos no Período ⁽²⁾	107.540	448.453	555.993

⁽¹⁾ O ajuste realizado em Benefícios refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

⁽²⁾ O ajuste registrado em Lucros Retidos no Período refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

m) Avaliação do Valor Recuperável

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

o) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisões para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica e de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 30.09.2013 e 30.09.2012.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	01.01 a 30.09.2013			01.01 a 30.09.2012		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	2.388.002	1.224.320	3.612.322	2.727.295	1.127.629	3.854.924
Receitas de Operações de Crédito	1.283.243	-	1.283.243	1.410.624	-	1.410.624
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	621.149	481.899	1.103.048	579.937	440.963	1.020.900
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	77.037	-	77.037	114.245	-	114.245
Resultado de Operações de Câmbio	102.716	-	102.716	139.627	-	139.627
Resultado de Aplicações Compulsórias	13.498	-	13.498	15.525	-	15.525
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	6.126	-	6.126	2.169	-	2.169
Outras Receitas	284.233	742.421	1.026.654	465.168	686.666	1.151.834
Despesas	(1.455.166)	(958.388)	(2.413.554)	(1.631.602)	(939.145)	(2.570.747)
Despesas de Captação no Mercado	(754.724)	-	(754.724)	(784.341)	-	(784.341)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(197.597)	(460.208)	(657.805)	(425.589)	(421.124)	(846.713)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-	(2)	-	(2)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(497.073)	(495.493)	(992.566)	(395.280)	(488.223)	(883.503)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	(5.772)	(2.388)	(8.160)	(26.390)	(29.633)	(56.023)
Provisão Proagro a Receber	-	(299)	(299)	-	(165)	(165)
Margem Financeira	932.836	265.932	1.198.768	1.095.693	188.484	1.284.177
Rendas de Prestação de Serviços	214.948	966.235	1.181.183	175.528	843.053	1.018.581
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	23.524	-	23.524	20.327	-	20.327
Pasep e Cofins	(67.042)	(82.831)	(149.873)	(56.183)	(74.208)	(130.391)
Resultado após Tarifas e Comissões	1.104.266	1.149.336	2.253.602	1.235.365	957.329	2.192.694
Despesas Administrativas			(1.504.249)			(1.437.377)
Despesas de Pessoal			(910.801)			(821.868)
Depreciação e Amortização			(26.166)			(21.749)
Outras Despesas Administrativas			(567.282)			(593.760)
Outras Despesas			(300.243)			(400.773)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(29.046)			(50.210)
Lucro antes da Tributação e Participações			420.064			304.334
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(100.566)			396.748
Participações no Lucro			(15.775)			(22.004)
Lucro Líquido			303.723			679.078

⁽¹⁾ As despesas referentes a Pasep e Cofins sobre importação de serviços no valor de R\$ 15 (R\$ 223 em 30.09.2012) compõem o saldo de Outras Despesas

Notas Explicativas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
Disponibilidades em Moeda Nacional	130.932	118.242
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	1.157	3.611
Total da Disponibilidade de Caixa	132.089	121.853
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	-	28.017
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.014.523	6.334.234
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 27.c)	8.146.612	6.484.104

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
a) Aplicações no Mercado Aberto	8.041.673	6.384.020
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	8.014.523	6.227.215
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	27.150	156.805
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	156.043	130.821
Aplicações em Moeda Estrangeira	74.406	23.801
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	81.637	107.020
Total	8.197.716	6.514.841
Saldo de Curto Prazo	8.197.716	6.514.841

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 30.09.2013	01.01 a 30.09.2012
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	419.038	288.755
Posição Bancada	413.748	281.105
Posição Financiada	5.290	7.650
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	3.357	16.294
Total	422.395	305.049

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
Títulos Disponíveis para Venda	11.344.981	11.028.442
Títulos Mantidos até o Vencimento	22.337	21.081
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	283.238	193.640
Total	11.650.556	11.243.163
Saldo de Curto Prazo	686.234	459.453
Saldo de Longo Prazo	10.964.322	10.783.710

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	30.09.2013				31.12.2012			
	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	11.215.588	10.893.836	(321.752)		10.332.613	10.494.910	162.297	
Letras Financeiras do Tesouro	8.098.376	8.102.847	4.471	2014 a 2018	7.904.113	7.904.764	651	2013 a 2018
Letras do Tesouro Nacional	11	11	-	2014	11	11	-	2014
Notas do Tesouro Nacional	1.181.965	1.166.972	(14.993)	2050	1.155.266	1.562.643	407.377	2050
Letras Financeiras	1.153.446	1.114.074	(39.372)	2014 a 2019	477.168	447.406	(29.762)	2014 a 2016
Debêntures	748.173	504.896	(243.277)	2014 a 2019	760.074	572.019	(188.055)	2014 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	-	-	-	-	2.709	2.622	(87)	2013
Títulos Públicos Federais – FCVS	6.397	4.829	(1.568)	2027	6.755	5.231	(1.524)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	26.936	-	(26.936)	1993	26.237	-	(26.237)	1993
Títulos da Dívida Agrária	284	207	(77)	2013 a 2022	280	214	(66)	2013 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	12.154	10.785	(1.369)		15.569	14.211	(1.358)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.369	-	(1.369)	2014	1.358	-	(1.358)	2014
Cotas de FIDC	9.017	9.017	-	2014	13.850	13.850	-	2014
Fundo de Investimento Imobiliário – FII	1.490	1.490	-	2100	-	-	-	
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	232	232	-	Sem Vencimento	221	221	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações - FGO	46	46	-	Sem Vencimento	140	140	-	Sem Vencimento
Títulos de Renda Variável	140.299	144.836	4.537		140.298	136.579	(3.719)	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	350	202	(148)	Sem Vencimento	350	218	(132)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.949	144.634	4.685	Sem Vencimento	139.948	136.361	(3.587)	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	296.049	295.524	(525)		383.734	382.742	(992)	
Letras Financeiras do Tesouro	295.265	295.446	181	2015 a 2018	379.297	379.358	61	2013 a 2018
Títulos Públicos Federais – Outros	784	78	(706)	1993 a 2027	772	85	(687)	1993 a 2027
Debêntures	-	-	-		3.665	3.299	(366)	2018
Total da Categoria	11.664.090	11.344.981	(319.109)		10.872.214	11.028.442	156.228	
Crédito Tributário (Nota 21.b)	-	-	168.110		-	-	134.442	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)	-	-	(40.466)		-	-	(196.933)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado	-	-	(191.465)		-	-	93.737	

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 157.121 (R\$ 148.277 em 31.12.2012); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 1.775 (R\$ 1.678 em 31.12.2012); Garantias em Processos Judiciais R\$ 120.468 (R\$ 217.510 em 31.12.2012); e Demais Garantias R\$ 16.160 (R\$ 15.277 em 31.12.2012).

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801e CVSB970101, com vencimento em 31.08.1993 e 01.01.2027, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", o valor de R\$ (319.109) (R\$ 156.228 em 31.12.2012). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ (191.465) (R\$ 93.737 em 31.12.2012).

Notas Explicativas

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	30.09.2013			31.12.2012		
	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	22.337	22.327		21.081	21.068	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	2.020	2.020	2014	2.020	2.020	2013
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	241	231	2013 a 2014	247	234	2013 a 2014
Cotas Fundo Investimento Criatec	12.465	12.465	2017	11.974	11.974	2017
FIP Brasil Agronegócios	7.611	7.611	2018	6.840	6.840	2018
Total da Categoria	22.337	22.327		21.081	21.068	

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) No 3º trimestre de 2013 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para a obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- 1ª - Preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e BM&FBovespa;
- 2ª - Ágio/Deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados;
- 3ª - Cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 30.09.2013	01.01 a 30.09.2012
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	419.038	288.755
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	3.357	16.294
Títulos de Renda Fixa	673.236	709.085
Títulos de Renda Variável	7.417	6.766
Total	1.103.048	1.020.900

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.09.2013, o Banco possui operações de *swap*, que se encontram registradas na Cetip, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial, nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Especificação	Vr. Nocional	Composição em 30.09.2013						
		Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	281.441	-	232.497	-	48.944	-	48.944
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	77.796	1.797	1.863	-	2.340	2.448	(174)	2.274
Total	1.165.431	283.238	1.863	232.497	2.340	51.392	(174)	51.218
Crédito Tributário (Nota 21.b)								70
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(20.557)

Notas Explicativas

Composição em 31.12.2012								
Especificação	Vr. Nocial	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	193.611	-	137.066	56.545	56.545	-	56.545
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	194.672	29	8.589	-	(5.498)	109	5.607	(5.498)
Total	1.282.307	193.640	8.589	137.066	51.047	56.654	5.607	51.047
Crédito Tributário (Nota 21.b)								2.243
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(22.662)

Especificação	30.09.2013		31.12.2012	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	120	-	402
3 a 12 meses	14	1.050	-	1.782
1 a 3 anos	173.449	693	121.537	5.198
3 a 5 anos	469	-	29	1.207
5 a 15 anos	109.306	-	72.074	-
Total	283.238	1.863	193.640	8.589

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	30.09.2013				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.358.529	1.126.032	1.442.366	1.160.925	48.944
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva⁽¹⁾		Valor de Mercado⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	1.359.599		1.442.972		83.373
Crédito Tributário (Nota 21.b)					33.349

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte no valor de R\$ 3.085 sobre os juros da operação.

Especificação	31.12.2012				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.236.368	1.099.301	1.325.291	1.131.679	56.545
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva⁽¹⁾		Valor de Mercado⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	1.233.631		1.325.882		92.251
Crédito Tributário (Nota 21.b)					36.901

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte no valor de R\$ 1.076 sobre os juros da operação.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do período.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (*Eurobonds – Senior Unsecured Notes*) e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

As operações foram avaliadas como efetivas na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

Notas Explicativas

c.2) Demais Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.09.2013				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	
Taxa Prefixada – Posição Passiva	90.290	92.630	92.307	92.373	2.274

Especificação	31.12.2012				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	
Taxa Prefixada – Posição Passiva	213.189	216.250	218.139	226.698	(5.498)

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	01.01 a 30.09.2013	01.01 a 30.09.2012
Swap	77.037	114.245
Total	77.037	114.245

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	30.09.2013			31.12.2012		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios – Poupança	292.292	-	292.292	262.606	-	262.606
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	26.970	-	26.970	43.768	-	43.768
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	62.413	(23.848)	38.565	60.045	(22.889)	37.156
Tesouro Nacional - Crédito Rural	16.323	(1.273)	15.050	7.370	(1.176)	6.194
Total	397.998	(25.121)	372.877	373.789	(24.065)	349.724
Saldo de Curto Prazo	335.043	(1.273)	333.770	313.741	(1.176)	312.565
Saldo de Longo Prazo	62.955	(23.848)	39.107	60.048	(22.889)	37.159

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.09.2013	01.01 a 30.09.2012
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	11.841	11.093
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.368	2.391
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	181	44
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(892)	1.997
Total	13.498	15.525

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	30.09.2013		31.12.2012	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	11.001.409	(821.107)	11.323.086	(798.757)
Curto Prazo	4.656.522	(418.576)	5.199.136	(423.675)
Longo Prazo	6.344.887	(402.531)	6.123.950	(375.082)
Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.f)	589.310	(18.097)	699.792	(34.225)
Curto Prazo	544.053	(18.097)	607.699	(29.913)
Longo Prazo	45.257	-	92.093	(4.312)
Total	11.590.719	(839.204)	12.022.878	(832.982)

Notas Explicativas

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
Adiantamentos a Depositantes	222	273
Empréstimos	4.747.755	5.038.759
Títulos Descontados	53.381	95.074
Financiamentos	2.054.784	2.019.435
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	275.513	334.816
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 28.a.1)	392.171	443.895
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.633.243	1.575.278
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.844.097	1.815.313
Subtotal de Operações de Crédito	11.001.409	11.323.086
Avais e Fianças Honrados	-	16
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	18.449	13.335
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.998	1.545
Títulos e Créditos a Receber	7.452	33.314
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	502.381	540.285
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	59.030	111.297
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	589.310	699.792
Total	11.590.719	12.022.878

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.09.2013	01.01 a 30.09.2012
Empréstimos e Títulos Descontados	639.569	702.559
Financiamentos	426.804	522.925
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	113.867	123.300
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	102.449	61.175
Outros Valores	554	665
Total	1.283.243	1.410.624

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.09.2013	Total em 31.12.2012
Rural	5.033	42.467	5.105	10.260	48.091	1.473.550	1.584.506	1.537.264
Indústria	71.677	50.077	70.808	161.863	310.825	1.440.938	2.106.188	2.141.798
Governo	7.725	7.725	7.725	44.175	62.022	1.219.005	1.348.377	1.365.420
Outros Serviços	588.312	519.308	485.120	714.397	436.331	1.491.099	4.234.567	4.366.458
Comércio	86.715	118.041	89.768	215.714	530.670	445.257	1.486.165	1.490.195
Intermediários Financeiros	2.825	2.726	2.820	8.071	15.063	62.062	93.567	217.446
Habituação	1.007	840	679	1.007	207	268	4.008	3.825
Pessoas Físicas	5.561	3.539	4.175	11.084	4.396	13.039	41.794	53.071
Total	768.855	744.723	666.200	1.166.571	1.407.605	6.145.218	10.899.172	11.175.477

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 30.09.2013	Total em 31.12.2012
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	72	1.663	226	2.154	1.886	9.841	15.842	17.518
Indústria	2.487	2.253	2.636	6.009	12.677	39.125	65.187	99.722
Outros Serviços	8.575	7.615	6.058	13.615	20.950	164.971	221.784	165.980
Comércio	5.679	5.447	5.272	13.974	21.148	26.998	78.518	103.306
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	2.292
Habituação	9	4	2	2	1	-	18	44
Pessoas Físicas	281	266	238	502	3.850	3.991	9.128	4.207
Total	17.103	17.248	14.432	36.256	60.512	244.926	390.477	393.069

Notas Explicativas

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas							Total em 30.09.2013	Total em 31.12.2012
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	556	337	2.075	2.954	9.288	11.450	16.753	43.413	35.369
Indústria	1.350	1.733	4.633	1.560	15.864	101.070	132	126.342	159.609
Outros Serviços	1.018	5.510	7.311	6.877	17.719	22.344	41	60.820	153.701
Comércio	1.989	3.918	6.941	11.270	13.475	24.945	134	62.672	95.897
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	4.594
Habitação	-	8	2	4	7	12	-	33	22
Pessoas Físicas	18	453	900	828	3.652	1.854	85	7.790	5.140
Total	4.931	11.959	21.862	23.493	60.005	161.675	17.145	301.070	454.332

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.09.2013				31.12.2012			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.889.787	-	3.889.787	-	3.227.863	-	3.227.863	-
A	3.879.415	-	3.879.415	19.397	4.606.780	-	4.606.780	23.034
B	2.204.667	30.480	2.235.147	22.351	2.195.279	30.772	2.226.051	22.260
C	322.182	99.706	421.888	12.657	539.012	162.347	701.359	21.041
D	78.241	72.531	150.772	15.077	140.787	61.917	202.704	20.270
E	143.765	42.956	186.721	56.016	127.966	148.345	276.311	82.893
F	47.697	94.470	142.167	71.084	133.261	64.891	198.152	99.076
G	117.398	23.270	140.668	98.468	13.973	50.194	64.167	44.917
H	216.020	328.134	544.154	544.154	190.556	328.935	519.491	519.491
Total	10.899.172	691.547	11.590.719	839.204	11.175.477	847.401	12.022.878	832.982

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
Saldo Inicial (Provisão para Perdas da Carteira de Crédito)	832.982	630.060
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	497.036	614.291
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(490.814)	(411.369)
(=) Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	839.204	832.982
Saldo Inicial (Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito)	46.569	46.064
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	299	599
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(262)	(94)
(=) Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)	46.606	46.569
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	885.810	879.551

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 30.09.2013	01.01 a 30.09.2012
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	482.093	366.526
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	14.943	28.363
(-) Reversões de Provisões Operações de Crédito e Outros Créditos	-	(1)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	497.036	394.888
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	131	392
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(94)	-
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	497.073	395.280

f) Até o 3º trimestre foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 102.449 (R\$ 61.175 em 30.09.2012) e as renegociações importaram em R\$ 682.075 (R\$ 646.043 em 30.09.2012).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e nº 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 30.09.2013, um efeito positivo no valor de R\$ 84.612 (R\$ 56.545 em 30.09.2012), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Especificação	01.01 a 30.09.2013	01.01 a 30.09.2012
Efetivação de Rendas	33.116	17.849
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	15.283	23.211
Despesas com Deságios	(3.972)	(5.420)
Efeito Líquido de Provisões	40.185	20.905
Total	84.612	56.545

Notas Explicativas

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
a) Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	15
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	567.872	592.978
c) Rendas a Receber	27.043	25.434
d) Negociação e Intermediação de Valores	4	4
e) Diversos	2.437.392	2.364.301
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	1.141.264	954.532
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de <i>Hedge</i> (Notas 21.b)	201.529	173.585
Devedores por Depósitos em Garantia	612.954	683.936
Impostos e Contribuições a Compensar	174.259	208.888
Decorrentes de Antecipação - IN SRF nº 90/92	162.027	200.754
Outros Valores	12.232	8.134
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	7.452	33.314
Adiantamentos e Antecipações Salariais	23.312	1.650
Pagamentos a Ressarcir	9.455	9.905
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	3.361	3.687
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	7.768	7.793
Outros Valores	229.290	260.263
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(64.703)	(80.794)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(18.097)	(34.225)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.606)	(46.569)
Total	2.967.608	2.901.938
Saldo de Curto Prazo	2.120.535	2.100.029
Saldo de Longo Prazo	847.073	801.909

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	537.246	561.941
Direitos sobre Vendas de Câmbio	13.951	21.677
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(1.774)	(3.975)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	18.449	13.335
Ativo Circulante (Nota 10.b)	567.872	592.978
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	504.156	550.656
Câmbio Vendido a Liquidar	13.815	21.637
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(502.381)	(540.285)
Passivo Circulante (Nota 16.c)	15.590	32.008

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01. a 30.09.2013	01.01. a 30.09.2012
Rendas de Câmbio	103.118	140.159
Despesas de Câmbio	(402)	(532)
Total	102.716	139.627

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2012	01.01.2013 a 30.09.2013			30.09.2013		
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões				
Ações e Cotas	652	-	-	652	944	(292)	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.068	80	-	1.148	6.159	(5.011)	1.148
Total	1.720	80	-	1.800	7.103	(5.303)	1.800

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2012	01.01.2013 a 30.09.2013			30.09.2013			
	Saldo Contábil	Movimentações ⁽²⁾			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação				
Edificações	105.813	7.480	-	(7.420)	105.873	248.323	(142.450)	105.873
Sistema de Processamento de Dados	30.833	29.127	(253)	(10.352)	49.355	109.233	(59.878)	49.355
Móveis e Equipamentos de Uso	23.099	9.783	(276)	(3.801)	28.805	63.988	(35.183)	28.805
Terrenos	17.025	-	-	-	17.025	17.025	-	17.025
Instalações	6.681	1.005	(2)	(1.107)	6.577	17.898	(11.321)	6.577
Sistema de Comunicação	114	16	(11)	(17)	102	402	(301)	102
Imobilização em Curso ⁽¹⁾	5.209	600	-	-	5.809	5.809	-	5.809
Sistema de Segurança	6.638	4.125	(68)	(995)	9.700	17.617	(7.916)	9.700
Sistema de Transporte	3.494	-	-	(2.118)	1.376	16.121	(14.745)	1.376
Total	198.906	52.136	(610)	(25.810)	224.622	496.416	(271.794)	224.622

⁽¹⁾ Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

⁽²⁾ Não há registro de provisão para imparidade sobre o ativo imobilizado.

c) Diferido

Especificação	31.12.2012	01.01.2013 a 30.09.2013			30.09.2013			
	Saldo Contábil	Movimentações ⁽¹⁾			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização				
Gastos em Imóveis de Terceiros	936	-	-	(356)	580	2.033	(1.453)	580
Total	936	-	-	(356)	580	2.033	(1.453)	580

⁽¹⁾ Não há registro de provisão para imparidade sobre o ativo diferido.

d) Intangível

Especificação	31.12.2012	01.01.2013 a 30.09.2013			30.09.2013			
	Saldo Contábil	Movimentações ⁽¹⁾			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização				
Gastos com Intangíveis em Elaboração	-	7.996	-	-	7.996	7.996	-	7.996
Total	-	7.996	-	-	7.996	7.996	-	7.996

⁽¹⁾ Não há registro de provisão para imparidade

Notas Explicativas

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Distribuição dos Depósitos e Captações no Mercado por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2013	Total em 31.12.2012
Depósitos a Vista	164.627	8.411	8.395	-	-	-	181.433	134.018
Depósitos em Moeda Nacional	164.627	-	-	-	-	-	164.627	110.836
Depósitos em Moeda Estrangeira	-	8.411	8.395	-	-	-	16.806	23.182
Depósitos de Poupança	1.631.935	-	-	-	-	-	1.631.935	1.615.970
Depósitos Interfinanceiros	576.262	385.593	63.625	45.514	3.673	-	1.074.667	672.027
Depósitos a Prazo	1.040.112	1.864.965	3.067.156	682.800	1.234.417	157.552	8.047.002	7.399.424
Depósitos a Prazo	247.803	1.799.300	2.498.658	448.689	1.014.428	129.755	6.138.633	5.411.838
Depósitos Judiciais com Remuneração	767.503	-	-	-	-	-	767.503	741.822
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	411.392	81.045	81.028	-	573.465	584.007
FAT- Recursos Disponíveis	4.653	12.648	17.148	16.680	15.168	3.033	69.330	101.634
FAT- Recursos Aplicados	19.708	53.017	139.958	136.132	123.793	24.764	497.372	559.375
Outros	445	-	-	254	-	-	699	748
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	-	39.893	700.759	-	720.614	-	1.461.266	1.394.245
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	57.264	-	-	-	1.171.240	1.228.504	1.202.392
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.422.415	1.422.415	1.332.382
Total	3.412.936	2.356.126	3.839.935	728.314	1.958.704	2.751.207	15.047.222	13.750.458
Saldo de Curto Prazo							5.769.062	4.922.557
Saldo de Longo Prazo							9.278.160	8.827.901

b) Depósitos

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
Depósitos a Vista	181.433	134.018
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	16.806	23.182
Depósitos de Governos	19.278	14.256
Depósitos Vinculados	98.557	61.875
Pessoas Jurídicas	29.309	21.824
Pessoas Físicas	16.011	11.548
Outros Valores	1.472	1.333
Depósitos de Poupança	1.631.935	1.615.970
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.071.746	987.872
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	559.550	627.331
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	639	767
Depósitos Interfinanceiros	1.074.667	672.027
Depósitos a Prazo	8.047.002	7.399.424
Depósitos a Prazo	6.138.633	5.411.838
Depósitos Judiciais com Remuneração	767.503	741.822
Outros Depósitos a Prazo	1.140.866	1.245.764
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis (Nota 26 e Nota 28)	69.330	101.634
Proger Urbano	19.698	4.416
Protrabalho	669	2.049
Infraestrutura	29.459	37.398
Estiagem	6.277	161
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	13.227	57.610
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados (Nota 26 e Nota 28)	497.372	559.375
Proger Urbano	38.498	63.028
Protrabalho	116.134	133.046
Infraestrutura	184.150	214.391
Estiagem	-	7.126
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	158.590	141.784
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	573.465	584.007
Outros Valores	699	748
Total	10.935.037	9.821.439
Saldo de Curto Prazo	5.671.905	4.772.938
Saldo de Longo Prazo	5.263.132	5.048.501

Notas Explicativas

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
Carteira Própria	1.084.288	663.719
Letras Financeiras do Tesouro	1.084.288	663.719
Carteira de Terceiros	27.151	156.796
Letras Financeiras do Tesouro	-	156.796
Letras do Tesouro Nacional	27.151	-
Total	1.111.439	820.515
Saldo de Curto Prazo	1.055.771	738.598
Saldo de Longo Prazo	55.668	81.917

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01. a 30.09.2013	01.01. a 30.09.2012
Despesas de Captações	(698.145)	(730.477)
Depósitos a Prazo	(328.087)	(310.542)
Depósitos de Poupança	(51.337)	(49.203)
Depósitos Judiciais	(37.440)	(35.501)
Depósitos Interfinanceiros	(17.781)	(11.981)
Depósitos Especiais	(54.477)	(68.720)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(200.519)	(247.458)
Outros Depósitos	(8.504)	(7.072)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(56.579)	(53.864)
Carteira de Terceiros	(5.347)	(7.664)
Carteira Própria	(51.232)	(46.200)
Total	(754.724)	(784.341)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2013	Total em 31.12.2012
Empréstimos no País	-	19.145	-	-	-	-	19.145	35.824
Empréstimos no Exterior	342.338	470.104	-	-	-	-	812.442	808.277
Repasses do País	45.510	111.481	319.441	365.188	661.864	203.357	1.706.841	1.586.201
Repasses do Exterior	35.224	62.299	189.713	189.833	362.310	-	839.379	825.195
Total	423.072	663.029	509.154	555.021	1.024.174	203.357	3.377.807	3.255.497
Saldo de Curto Prazo							1.086.101	1.036.312
Saldo de Longo Prazo							2.291.706	2.219.185

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2013	31.12.2012
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	19.145	35.824
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	812.442	808.277
Total		831.587	844.101
Saldo de Curto Prazo		831.587	826.189
Saldo de Longo Prazo		-	17.912

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2013	31.12.2012
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	759	809
BNDES		1.529.098	1.435.621
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	1.168.738	1.060.969
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	360.360	374.652
Finame		176.984	149.771
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	159.062	132.471
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	17.922	17.300
Total (Nota 28.a.1)		1.706.841	1.586.201
Saldo de Curto Prazo		156.991	121.769
Saldo de Longo Prazo		1.549.850	1.464.432

Notas Explicativas

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2013	31.12.2012
BID-Prodetur I	USD + 2,40	422.440	414.436
BID-Prodetur II	USD + 1,17	410.317	403.862
BID-Outros Programas	USD + 1,17	6.622	6.690
Outros Programas	USD + 6,0	-	207
Total		839.379	825.195
Saldo de Curto Prazo		97.523	88.354
Saldo de Longo Prazo		741.856	736.841

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 30.09.2013	01.01. a 30.09.2012
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(2.061)	(2.988)
Obrigações por Empréstimos no País	(2.061)	(2.988)
Despesas de Obrigações por Repasses	(190.306)	(363.224)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(79.014)	(214.008)
Tesouro Nacional	(50)	(22)
BNDES	(74.532)	(209.266)
Finame	(4.432)	(4.720)
Despesas de Repasses do Exterior	(111.292)	(149.216)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(84.166)	(134.495)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(381.272)	(346.006)
Total	(657.805)	(846.713)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.09.2013 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.09.2013 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2012 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	679.932	711.692	647.714
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	682.752	734.365	679.244
Total				600.000	1.362.684	1.446.057	1.326.958
Saldo de Curto Prazo						24.684	8.607
Saldo de Longo Prazo						1.421.373	1.318.351

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	30.09.2013	31.12.2012
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽¹⁾	91,03 CDI	14.793	15.209	67.287
Saldo de Curto Prazo			15.209	66.869
Saldo de Longo Prazo			-	418

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 231 dias.

Notas Explicativas

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
a) Instrumentos Financeiros Derivativos	1.863	8.589
b) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	28.827	3.154
Recursos do Proagro	-	118
Recebimentos de Tributos Federais	25.580	-
IOF a Recolher	1.838	2.927
Outros Tributos e Assemelhados	1.409	109
c) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	15.590	32.008
d) Sociais e Estatutárias	16.037	95.061
Dividendos e Bonificações a Pagar	464	65.066
Participações nos Lucros	15.573	29.663
Outros Tributos e Assemelhados	-	332
e) Fiscais e Previdenciárias	527.881	825.052
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22.d)	120.456	118.345
Impostos e Contribuições	83.824	82.258
Causas Fiscais	36.632	36.087
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)	92.081	227.740
TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos	61.023	219.595
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	6.998	8.145
Decorrentes de Créditos Recuperados	24.060	-
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a)	260.767	401.577
Imposto de Renda ⁽¹⁾	160.875	246.087
Contribuição Social ⁽²⁾	99.892	155.490
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	54.577	77.390
f) Negociação e Intermediação de Valores	68	68
g) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	7.013.943	6.679.378
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 28.a.1)	6.850.710	6.534.337
Outros Valores	163.233	145.041
h) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 28.a.1)	1.228.504	1.202.392
i) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 28.a.1)	1.422.415	1.332.382
j) Diversas	4.116.033	3.719.705
Provisão para Passivos Contingentes	2.427.720	2.145.730
Causas Trabalhistas (Nota 22.e.iv)	193.909	179.319
Causas Cíveis (Nota 22.e.v)	102.235	106.080
Outras Causas (Nota 22.e.vi)	658	258
FNE (Nota 22.e.vii e Nota 25.c.iii)	2.062.044	1.820.070
Repasse	1.253	1.308
Risco Integral	100.100	99.149
Risco Compartilhado	1.960.691	1.719.613
FDNE (Nota 22.e.viii)	507	420
Proagro (Nota 22.e.ix)	2.108	3.388
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Nota 22.e.x)	23.953	-
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.e.xi)	42.306	36.195
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.558.298	1.493.127
Benefício Pós-Emprego	1.342.811	1.327.310
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 28.a.2)	555.957	576.635
Plano de Aposentadoria e Pensão CV (Nota 28.a.2)	194	99
Plano de Assistência Médica (Nota 28.a.2)	786.660	750.576
Despesa de Pessoal	175.924	131.998
Outros Valores	39.563	33.819
Outros Valores	130.015	80.848
Total	14.371.161	13.897.789
Saldo de Curto Prazo	3.418.033	3.955.432
Saldo de Longo Prazo	10.953.128	9.942.357

⁽¹⁾ Em 31.12.2012, inclui o valor complementar R\$ 281 referente ao ajuste anual do ano calendário de 2011.

⁽²⁾ Em 31.12.2012, inclui o valor complementar R\$ 162 referente ao ajuste anual do ano calendário de 2011.

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.09.2013	31.12.2012
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.h e 29.a.1)	1.000.000	IPCA + 6,5715% a.a.	22.12.2010	1.228.504	1.202.392
Saldo de Curto Prazo				57.264	74.143
Saldo de Longo Prazo				1.171.240	1.128.249

Notas Explicativas

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.422.415	1.332.382
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	578.716	433.857
Recursos aplicados ⁽²⁾	843.699	898.525
Total (Nota 28.a.1 e 16.i)	1.422.415	1.332.382

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22.03.2013, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 295.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.142.000 para R\$ 2.437.000 representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

Por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23.08.2013, foi aprovada a conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial existente. O processo de conversão está em fase de conclusão, aguardando a homologação da Ata da Assembleia pelo Banco Central, para posterior registro na Junta Comercial e publicação, observando-se, inclusive, o Art. 135, § 1º da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

Composição em 30.09.2013					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB-CAPEF	269.723	110.515	380.238	0,56	0,44
Outros	146.069	660.157	806.226	0,30	0,93
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Composição em 31.12.2012					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB-CAPEF	269.723	110.515	380.238	0,56	0,44
Outros	146.069	660.157	806.226	0,30	0,93
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 21.183 (R\$ 22.904 em 31.12.2012) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida até o 3º trimestre importa em R\$ 1.721 (R\$ 2.294 em 31.12.2012).

c) Ações em Tesouraria – Em R\$ 1,00

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 30.09.2013, representam, respectivamente, R\$ 28,79 e R\$ 24,50 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

Notas Explicativas

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 30.09.2013	01.01. a 30.09.2012
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.181.183	1.018.581
Administração de Fundos de Investimentos	15.319	12.846
Administração de Fundos e Programas	992.744	860.734
Prestação de Serviços	173.120	145.001
b) Rendas de Tarifas Bancárias	23.524	20.327
c) Despesas de Pessoal	(910.801)	(821.868)
Proventos	(528.852)	(473.753)
Encargos Sociais	(195.606)	(174.638)
Plano de Aposentadoria e Pensão	(64.759)	(62.842)
Plano de Assistência Médica	(47.528)	(40.634)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(74.056)	(70.001)
d) Outras Despesas Administrativas	(593.448)	(615.509)
Processamento de Dados	(100.045)	(105.189)
Propaganda e Publicidade	(6.334)	(19.703)
Serviços de Terceiros	(244.340)	(220.463)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(31.624)	(31.010)
Viagens	(10.848)	(11.255)
Comunicações	(20.483)	(24.042)
Depreciação e Amortização	(26.166)	(21.749)
Manutenção e Conservação de Bens	(31.458)	(23.623)
Vigilância, Segurança e Transporte	(35.070)	(29.783)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(9.985)	(14.975)
Serviços do Sistema Financeiro	(14.951)	(13.266)
Serviços Técnicos Especializados	(24.132)	(28.890)
Seguros	(3.350)	(3.250)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocaticios	(17.144)	(30.879)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.715)	(1.075)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(3.057)	(2.914)
Fundeci – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(3.000)	(18.200)
Outros Valores	(9.746)	(15.243)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.d)	(163.188)	(142.534)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(149.888)	(130.614)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(12.053)	(10.445)
Outros Valores	(1.247)	(1.475)
f) Outras Receitas Operacionais	1.026.847	1.149.564
“Del credere” de Fundos Administrados	745.711	689.388
Varição Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	99.162	205.213
Reversão de Prov. Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	93	-
Recuperação de Encargos e Despesas	6.383	6.476
Reversão de Provisões Operacionais	14.834	116.183
Juros e Comissões	2.729	637
Correção Monetária	857	9.003
Resultado da Marcação a Mercado	9.528	9.368
Atualização Monetária de Tributos	-	-
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	72.629	40.561
Outros Valores	74.921	72.735
g) Outras Despesas Operacionais	(819.925)	(983.251)
Varição Cambial da Área de Câmbio	(1.766)	(4.390)
Varição Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(67.929)	(175.872)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(47)	(22)
Descontos Concedidos em Renegociações	(3.030)	(3.018)
Encargos de Operações de Crédito	(8.158)	(5.873)
Riscos Fiscais	(5.250)	(4.212)
Riscos com Operações do FNE	(495.493)	(488.223)
Riscos com Operações do FDNE	(89)	(340)
Causas Trabalhistas	(20.011)	(23.419)
Causas Cíveis	(3.385)	(22.446)
Outras Causas	(400)	(133)
Outros Passivos Contingentes	(8.160)	(56.023)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(102.125)	(96.186)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(26.957)	(21.322)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(63.075)	(65.997)
Outros Valores	(14.050)	(15.775)
Total	(255.808)	(374.690)

Notas Explicativas

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada até o 3º trimestre de 2013 foi de R\$ 160.158 (R\$ 136.375 em 30.09.2012) e a de Contribuição Social foi de R\$ 99.462 (R\$ 85.369 em 30.09.2012).

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.09.2013	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2013	01.01 a 30.09.2012
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	420.064	(144.119)	420.064	(144.119)
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(15.775)	(22.004)	(15.775)	(22.004)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(101.206)	(67.300)	(101.206)	(67.300)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	303.083	(233.423)	303.083	(233.423)
Adições/Exclusões Permanentes	(40.610)	(29.848)	(40.680)	(29.854)
Adições/Exclusões Temporárias	403.542	835.272	403.542	835.272
Resultado Tributável	666.015	572.001	665.945	571.995
Despesas de Provisão de IRPJ (25%) ⁽¹⁾ e CSLL (15%) - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(166.486)	(142.982)	(99.892)	(85.799)
Deduções (Incentivos Fiscais)	5.611	5.890	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	717	717	430	430
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(160.158)	(136.375)	(99.462)	(85.369)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(13.723)	-	(8.233)	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(173.879)	(136.375)	(107.695)	(85.369)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	113.132	386.560	67.876	231.932
Total de IRPJ/CSLL	(60.748)	250.185	(39.819)	146.563
% do total das despesas de tributos em relação ao Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(14,46%)	(173,60%)	(9,48%)	(101,70%)
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	160.158	244.850	99.462	154.755
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	717	956	430	573
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	160.875	245.806	99.892	155.328
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(111.039)	(138.400)	(51.668)	(64.323)
Valor dos Tributos a Recolher do Período	49.836	107.406	48.224	91.005

⁽¹⁾ Aplica-se sobre a base tributável a alíquota de 15% referente ao IRPJ devido + alíquota de 10% como adicional de IRPJ ao que exceder o limite anual de R\$ 240.

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito e provisões para benefícios pós-emprego são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Resolução CMN nº 3.355, de 31.03.2006) e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Notas Explicativas

Especificação	30.09.2013		31.12.2012		30.09.2013	31.12.2012
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões						
Saldo Inicial	596.574	357.958	156.634	93.995	954.532	250.629
Constituição	294.221	176.544	496.202	297.735	470.765	793.937
Realização/Reversão	(177.512)	(106.521)	(56.262)	(33.772)	(284.033)	(90.034)
Saldo Final	713.283	427.981	596.574	357.958	1.141.264	954.532
b) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	1.402	841	-	-	2.243	-
Constituição	6.762	4.057	1.402	841	10.819	2.243
Realização/Reversão	(8.120)	(4.872)	-	-	(12.992)	-
Saldo Final	44	26	1.402	841	70	2.243
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	23.063	13.838	-	-	36.901	-
Constituição	11.191	6.715	23.063	13.838	17.906	36.901
Realização/Reversão	(13.411)	(8.047)	-	-	(21.458)	-
Saldo Final	20.843	12.506	23.063	13.838	33.349	36.901
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	84.026	50.416	14.658	8.795	134.442	23.453
Constituição	12.665.866	7.599.519	6.974.740	4.184.844	20.265.385	11.159.584
Realização/Reversão	(12.644.823)	(7.586.894)	(6.905.372)	4.143.223	(20.231.717)	(2.762.149)
Saldo Final	105.069	63.041	84.026	50.416	168.110	134.442

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
1. Total das Diferenças Temporárias	5.168.402	4.687.741	5.168.402	4.687.741
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.292.100	1.171.935	775.260	703.161
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	713.283	596.574	427.981	357.958
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	125.956	108.491	75.573	65.094
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3+ item 4) ⁽¹⁾	839.239	705.065	503.554	423.052
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	452.861	466.870	271.706	280.109

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "OUTROS CRÉDITOS-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 30.09.2013, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic - Média (1)	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2013	9,75	111.911	104.368	67.150	62.624	179.061	166.992
2014	9,88	132.284	112.276	79.370	67.365	211.654	179.641
2015	10,18	60.531	46.628	36.318	27.977	96.849	74.605
2016	9,58	88.197	62.001	52.919	37.201	141.116	99.202
2017	9,17	204.187	131.483	122.513	78.890	326.700	210.373
2018	9,17	116.173	68.524	69.711	41.119	185.884	109.643
Total		713.283	525.280	427.981	315.176	1.141.264	840.456

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na data de 30.09.2013.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e Item Objeto de Hedge apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nº 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	Realização do Crédito de IR	Realização do Crédito de CSLL	Total
2013	28.503	17.101	45.604
2014	1.037	623	1.660
2015	9.903	5.941	15.844
2016	61.507	36.904	98.411
2017	2	1	3
2018 a 2020	20.852	12.513	33.365
2021 a 2023	5	3	8
2027 a 2029	398	239	637
2050 a 2052	3.748	2.249	5.997
Total	125.955	75.574	201.529

Notas Explicativas

c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	30.09.2013		31.12.2012		30.09.2013	31.12.2012
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	14.165	8.497	-	-	22.662	-
Constituição	22.075	13.246	14.165	8.497	35.321	22.662
Realização/Reversão	(23.392)	(14.034)	-	-	(37.426)	-
Saldo Final	12.848	7.709	14.165	8.497	20.557	22.662
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	5.090	3.055	6.048	3.628	8.145	9.676
Constituição	-	-	-	-	-	-
Realização/Reversão	(716)	(431)	(958)	(573)	(1.147)	(1.531)
Saldo Final	4.374	2.624	5.090	3.055	6.998	8.145
c) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	15.038	9.022	-	-	24.060	-
Realização/Reversão	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	15.038	9.022	-	-	24.060	-
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	123.083	73.850	35.552	21.332	196.933	56.884
Constituição	623.692	374.215	15.368.680	9.221.208	997.907	24.589.888
Realização/Reversão	(721.483)	(432.891)	(15.281.149)	(9.168.690)	(1.154.374)	(24.449.839)
Saldo Final	25.292	15.174	123.083	73.850	40.466	196.933

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2013	22.731	13.639	36.370
2014	57	34	91
2015	5.777	3.466	9.243
2016	517	310	827
2017	666	400	1.066
2018 a 2020	8.392	5.034	13.426
2021 a 2023	-	-	-
2027 a 2029	-	-	-
2050 a 2052	-	-	-
Total	38.140	22.883	61.023

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação apuradas pelo valor presente serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2013	874	524	1.398
2014	875	525	1.400
2015	875	525	1.400
2016	875	525	1.400
2017	875	525	1.400
Total	4.374	2.624	6.998

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2013	417	250	667
2014	2.218	1.331	3.549
2015	2.557	1.534	4.091
2016	2.207	1.324	3.531
2017	1.325	795	2.120
2018 a 2022	3.433	2.060	5.493
2023 a 2027	2.715	1.629	4.344
2028 a 2032	166	99	265
Total	15.038	9.022	24.060

Notas Explicativas

d) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 30.09.2013	01.01 a 30.09.2012
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(149.888)	(130.614)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(12.053)	(10.445)
Outros Valores	(1.247)	(1.475)
Total (Nota 20)	(163.188)	(142.534)

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN n.º 3.823, de 16.12.2009 e Carta-Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Superintendência Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas do Banco para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados pelas Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco guardam conformidade com as provisões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.
- d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme quadro comparativo das posições 30.09.2013 e 31.12.2012, a seguir demonstrado:

Notas Explicativas

Especificação	30.09.2013		31.12.2012	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a)PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.e)				
a.1)Impostos e Contribuições -Obrigação Legal	83.824	83.824	82.258	82.258
a.2) Causas Fiscais	1.114.102	36.632	989.961	36.087
i) Obrigação Legal	664	664	655	655
ii) Outras Obrigações-Diversas	1.113.437	35.968	989.306	35.432
Provável	35.968	35.968	35.432	35.432
Possível	841.845		730.784	-
Remota	235.624		223.090	-
b) PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.j)				
b.1) Causas Trabalhistas	316.717	193.909	287.462	179.319
Provável	193.909	193.909	179.319	179.319
Possível	43.364		35.504	-
Remota	79.444		72.639	-
b.2) Causas Cíveis	3.213.668	102.235	2.970.422	106.080
Provável	102.235	102.235	106.080	106.080
Possível	600.258		504.709	-
Remota ⁽¹⁾	2.511.175		2.359.633	-
b.3) Outras Causas	2.140	658	1.382	258
Provável	658	658	258	258
Possível	1.480		1.091	-
Remota	2		33	-

- ⁽¹⁾ O montante da contingência passiva relacionada às causas cíveis classificada com risco remoto e a respectiva estimativa de perda financeira está concentrado nos seguintes processos: a) pagamento de contribuição extra a Caepf - R\$ 793.190 (R\$ 696.964 em 31.12.2012); b) repetição de indébito - R\$ 300.991 (R\$ 264.477 em 31.12.2012); c) indenização por danos morais e materiais - R\$ 211.856 (R\$ 186.155 em 31.12.2012); e d) pagamento de multa e indenização por danos morais - R\$ 171.312 (R\$ 150.530 em 31.12.2012). Somados os referidos processos apresentaram saldo de contingência passiva na ordem de R\$ 1.477.349 (R\$ 1.298.126 em 31.12.2012).

e) Movimentação das Provisões

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	82.258	82.269
Constituição	4.162	1.742
Reversão/Utilização/Baixa	(2.596)	(1.753)
Saldo Final	83.824	82.258
ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	655	1.063
Constituição	42	157
Reversão/Utilização/Baixa	(33)	(565)
Saldo Final (Nota 22.d)	664	655
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	35.431	29.246
Constituição	2.409	6.269
Reversão/Utilização/Baixa	(1.872)	(84)
Saldo Final (Nota 22.d)	35.968	35.431
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	179.319	182.824
Constituição	27.369	33.983
Reversão/Utilização/Baixa	(12.779)	(37.488)
Saldo Final (Nota 16.i)	193.909	179.319
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	106.080	106.653
Constituição	27.651	52.148
Reversão/Utilização/Baixa	(31.496)	(52.721)
Saldo Final (Nota 16.j)	102.235	106.080
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	258	140
Constituição	430	207
Reversão/Utilização/Baixa	(30)	(89)
Saldo Final (Nota 16.j)	658	258
vii) FNE		
Saldo Inicial	1.820.070	1.386.807
Constituição	495.400	699.670
Reversão/Utilização/Baixa	(253.426)	(266.407)
Saldo Final (Nota 16.j)	2.062.044	1.820.070
viii) FDNE		
Saldo Inicial	420	1.593
Constituição	87	340

Notas Explicativas

Reversão/Utilização/Baixa	-	(1.513)
Saldo Final (Nota 16.j)	507	420
ix) Proagro		
Saldo Inicial	3.388	3.299
Constituição	135	155
Reversão/Utilização/Baixa	(1.415)	(66)
Saldo Final (Nota 16.j)	2.108	3.388
x) Dividendos e JCP		
Saldo Inicial	-	-
Constituição	23.953	-
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final (Nota 16.j)	23.953	-
xi) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	36.195	86.551
Constituição	33.892	61.615
Reversão/Utilização/Baixa	(27.781)	(111.971)
Saldo Final (Nota 16.j)	42.306	36.195

- f) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.
- g) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea “d”, subitens a.1 e a.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.
- h) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.09.2013, R\$ 413.399. Na posição de 31.12.2012, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 328.645 com nível de risco possível. Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data base de 30.09.2013, perfazem respectivamente, R\$ 203.847 e R\$ 138.244. Na posição de 31.12.2012, representavam, R\$ 191.019 e R\$ 129.544, respectivamente, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.09.2013, R\$ 113.150. Na posição de 31.12.2012, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 99.423, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.09.2013, R\$ 44.079. Na posição de 31.12.2012, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 38.732 com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa indenização por danos materiais e morais sob a alegação de que houve transferência indevida de valores em conta de depósito. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.09.2013, R\$ 31.758. Na posição de 31.12.2012, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 27.905 com nível de risco possível.

- i) Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas.

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
Demandas Trabalhistas	214.745	207.801
Demandas Fiscais	344.539	434.226
Demandas Cíveis	37.058	31.145
Total	596.342	673.172

- j) Em “Outros Passivos Contingentes”, na posição de 30.09.2013, registram-se os valores de: R\$ 17.659 R\$ (R\$ 21.464, em 31.12.2012), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Área de Auditoria Interna, R\$ 15.163 (R\$ 14.731, em 31.12.2012) relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 9.484 (não existiam valores para 31.12.2012) referente a provisão para fazer frente a riscos operacionais decorrentes do Inventário de Operações de Crédito.

Notas Explicativas

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	01.01 a 30.09.2013	01.01 a 30.09.2012
Máxima	28.467,55	26.481,45
Mínima	1.040,44	948,65
Média	7.657,41	7.185,90

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	474.975,05	315.144,94	33.183,88	23.750,22	33.183,88	23.750,22
Menor remuneração individual ⁽³⁾	395.635,33	268.564,90	33.183,88	23.750,22	33.183,88	23.750,22
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	450.437,07	278.857,57	32.735,74	22.809,32	32.517,32	23.824,63
Número de membros ⁽⁵⁾	7	7	6	6	6	6

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 60ª reunião da Assembleia Geral Ordinária e 93ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizadas cumulativamente em 22.03.2013.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 30.09.2013, o número de funcionários do Banco totalizava 6.387 (6.169 em 31.12.2012), registrando-se um acréscimo de 3,53% no quadro de pessoal.

NOTA 24– Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas pela Gama Consultores Associados Ltda., com base em informações fornecidas pela Capef, Camed e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social (INSS).

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999 e seu estágio atual é de maturidade. O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/Previc/Detec nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições e encontra-se em fase inicial de maturidade. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Em termos gerais os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e do benefício de aposentadoria do INSS, ponderado pelo número de contribuições pagas ao Plano, limitado a 360. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,50%, a título de contribuição extraordinária, resultando, em média, 78,50% do salário de contribuição médio.

Em relação aos benefícios do plano CV I, são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria.

Os planos estão expostos aos riscos atuariais: risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco do salário.

Notas Explicativas

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2013, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.09.2013, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2012, 1:1).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Camed, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2013, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 46.472.673 (R\$ 42.848.130 em 31.12.2012) está registrado em contas de compensação do Banco “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados”.
- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 6.848.545 (R\$ 6.532.248 em 31.12.2012), registrado no título “Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 370.176 (R\$ 333.805 em 30.09.2012).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
 - c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
 - c.3) O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Passivos Contingentes” do Banco é a seguinte:

Notas Explicativas

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.09.2013	Provisão em 31.12.2012
AA	5.056.573	-	-
A	11.543.023	28.847	30.863
B	9.826.291	49.660	45.937
C	1.042.746	15.509	16.678
D	489.045	24.349	33.787
E	589.797	88.827	67.542
F	263.061	66.190	144.175
G	302.748	119.934	96.118
H	3.316.154	1.668.728	1.384.970
Total	32.429.438	2.062.044	1.820.070

- d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 742.328 (R\$ 686.666 em 30.09.2012).
- e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Secca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 830.290 (R\$ 770.654 em 30.09.2012).

NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	30.09.2013	31.12.2012
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	604	1.073
Proger-Urbano Investimento	17/2006	21.995	22.817
FAT - Infraestrutura	18/2006	251.609	268.446
Pronaf Investimento	19/2006	-	139
Proger-Rural - Custeio	20/2006	-	1.757
Pronaf - Custeio	01/2007	1	207
Proger-Rural - Investimento	02/2007	106	26.944
Protrabalho Investimento	04/2007	167.235	161.139
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	181.550	155.249
Total		623.100	637.771

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 566.702 (R\$ 661.009 em 31.12.2012) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 69.330 (R\$ 101.634 em 31.12.2012).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos;e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Notas Explicativas

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.09.2013		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	1.682	82	6.278	-	6.278
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	15.563	424	19.698	38.498	58.196
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	53.069	2.368	29.459	184.150	213.609
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	-	-	-	-	-
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	-	-	-	-	-
Protrabalho-Investimento	04/2007	RA	31.179	107	669	116.134	116.803
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	42.883	1.234	13.226	158.590	171.816
Total (Nota 13.b)			144.376	4.215	69.330	497.372	566.702

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2012		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	3.133	45	161	7.126	7.287
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	19.878	684	4.416	63.028	67.444
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	33.185	1.785	37.399	214.390	251.789
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	699	15	-	-	-
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	150	3	-	-	-
Protrabalho-Investimento	04/2007	RA	36.207	248	2.049	133.046	135.095
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	30.546	1.167	57.609	141.785	199.394
Total (Nota 13.b)			123.798	3.947	101.634	559.375	661.009

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa Selic;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 27 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia e as exigências do Acordo de Basileia II, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores chave e de mecanismos de mitigação de riscos identificados.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e delibera sobre políticas de gestão de riscos. A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação dessas políticas e consequente submissão ao Conselho de Administração, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco coordenar a sua implementação e o desempenho do Banco. Área específica do Banco gerencia em nível corporativo os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação da estrutura de gerenciamento de capital, incluindo o Plano de Capital para o período de 2013 a 2015, tendo sido aprovado também pelo Conselho de Administração, em 14.12.2012. A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo Gerenciamento de Capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 3.988, de 30 de junho de 2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

Notas Explicativas

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	30.09.2013	31.12.2012
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	29.982.180	29.435.172
Público	1.412.629	1.482.348
Privado	28.569.551	27.952.824
Comércio	3.133.102	2.947.052
Comércio exterior	798.056	905.124
Habitação	242	242
Indústria	8.256.204	7.593.036
Infraestrutura	3.722.731	4.128.723
Intermediários financeiros	91.942	214.950
Microfinança urbana	1.936.678	1.637.913
Pessoas Físicas	225.310	210.694
Rural	6.440.095	6.441.335
Outros Serviços ⁽¹⁾	3.965.191	3.873.755
Operações de mercado	22.127.650	19.862.617
Títulos Públicos Federais	18.726.250	17.062.177
Operações Compromissadas	10.242.415	7.871.834
Outras	8.483.835	9.190.343
Depósitos Interfinanceiros	81.637	107.020
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.763.805	1.158.626
Outras Operações	1.555.958	1.534.794
Demais ativos	3.159.333	2.945.858
Total	55.269.163	52.243.647

⁽¹⁾ O valor das demais coobrigações não referentes as operações de crédito do FNE passaram a compor o item "Outros Serviços" e não mais o item "Demais Ativos" como constava no exercício anterior.

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características, valor, prazo, garantias e situação.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 4.890.864 (R\$ 5.366.682 em 31.12.2012). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 3.736.183 (R\$ 3.286.241 em 31.12.2012). Tais garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada três anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias tradicionais como as reais (hipoteca, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, entre outras) e das garantias fidejussórias (fianças e avais pessoais), essas operações recebem outros tipos de garantias, tais como, quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas FPM/FPE e fiança bancária, dentre outros.

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o Caixa para gerenciamento do risco de liquidez, sendo comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente, as informações relativas a esse risco.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

Notas Explicativas

Especificação		30.09.2013 (%)	31.12.2012 (%)
Índice de Liquidez	Na data base	341,78	349,87
	Média dos últimos 12 meses	353,00	274,75
	Máximo dos últimos 12 meses	405,00	382,42
	Mínimo dos últimos 12 meses	317,00	195,93

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais. Todo o saldo das Dívidas Subordinadas foi inserido na coluna acima de 5 anos, uma vez que essa dívida não prevê pagamento de juros e tem prazo indeterminado. Os valores dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) distribuídos abaixo de 5 anos refletem pagamentos de juros anuais, enquanto os valores acima de 5 anos contêm o principal (de prazo indeterminado) e juros até o ano de 2050, apenas para fins de cálculo dos valores:

Especificação	30.09.2013				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	94.127	484.544	391.509	146.983	6.416
Depósitos a Prazo	155.955	92.415	1.922.082	3.653.032	4.116.820
Operações Compromissadas	1.056.021	-	-	84.776	-
Letras do Agronegócio (LCA)	4.087	2.952	8.528	-	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.422.415
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)	-	-	76.968	307.872	3.711.184
Total	1.310.190	579.911	2.399.087	4.192.663	9.256.835
Recursos Disponíveis (Nota 5)	8.146.612				

Especificação	31.12.2012				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	67.206	90.545	439.746	98.457	-
Depósitos a Prazo	39.302	229.897	788.330	3.995.990	2.720.447
Operações Compromissadas	738.999	-	-	119.223	-
Letras do Agronegócio (LCA)	33.318	11.267	23.042	455	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.332.382
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)	-	-	148.433	222.650	3.652.738
Total	878.825	331.709	1.399.551	4.436.775	7.705.567
Recursos Disponíveis (Nota 5)	6.484.104				

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Notas Explicativas

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	7.072.793	6.998.203	(4.590)	6.993.712	(9.081)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(71.703)	(71.905)	(202)	(72.240)	(537)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	2.405	2.401	(4)	3.396	(8)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	967.243	911.285	(55.958)	860.503	(106.740)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(394.687)	(438.958)	(44.270)	(490.047)	(95.360)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	602.781	538.920	(63.861)	483.722	(119.060)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(1.888.812)	(1.888.588)	223	(1.887.964)	848
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	3.038.998	2.987.012	(51.986)	2.939.250	(99.748)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Demais Derivativos</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Pre	<i>Swap</i> DI x Pre	(92.323)	(89.297)	(86.485)
		Ativo Prefixado	92.681	85.640	79.311
		Exposição Líquida	358	(3.657)	(7.174)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	<i>Swap</i> Dólar x DI	1.399.528	1.358.871	1.321.048
		Passivo em ME	(1.436.201)	(1.400.575)	(1.367.223)
		Exposição Líquida	(36.673)	(41.704)	(46.175)

Na data-base de 30.09.2013, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap DI x Pre

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* DI x Pre consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Notas Explicativas

Swap Dólar x DI

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* Dólar x DI consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa por meio dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Sob o enfoque qualitativo são utilizadas metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das fragilidades detectadas. Outra metodologia utilizada é de autoavaliação de riscos e controles em processos RCSA (*Risk and Control Self Assessment*), que permite conhecer os riscos inerentes em atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto, além disso, permite ainda, a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter uma visão mais ampliada dos processos e aprimoramento do gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 105.366 (R\$ 8.539 em 31.12.2012 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.09.2013	31.12.2012	Especificação	30.09.2013	31.12.2012
Disponibilidades	1.156	3.611	Depósitos	16.806	23.182
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	74.406	23.802	Relações Interdependências	31.419	15.578
Operações de Crédito	776.928	820.813	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	71.511	104.096
Outros Créditos	831.207	942.868	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.285.436	2.152.154
			Outras Obrigações	826.257	829.914
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.683.697	1.791.094	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	3.231.429	3.124.924
Operações de <i>Swap</i>	1.442.366	1.325.291	Operações de <i>Swap</i>	-	-
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	3.126.063	3.116.385	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	3.231.429	3.124.924

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

Notas Explicativas

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Por meio das Resoluções nºs 3.444, de 28.02.2007 e 3.490, de 29.08.2007, e normas complementares, o CMN estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (*Commitments*); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das commodities (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para 30.09.2013, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o PR de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas e coobrigações, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 30.09.2013, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia Amplo) do Banco foi de 16,11% (16,24% em 31.12.2012), enquanto o PR foi de R\$ 5.044.842 (R\$ 5.184.271 em 31.12.2012). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 3.336.854 em 30.09.2013 (R\$ 3.366.123 em 31.12.2012).

i. Compatibilização do PR com o PRE

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
a) Patrimônio de Referência (PR)	5.044.842	5.184.271
. Nível I	2.727.812	2.611.406
. Nível II	2.370.257	2.572.865
. Deduções	(53.227)	-
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	3.336.854	3.366.123
. Parcela PEPR ⁽¹⁾	2.780.343	2.872.393
. Parcela PJUR	5.027	3.707
. Parcela PCOM	361	350
. Parcela POPR	551.123	489.673
c) Valor do RBAN	106.861	146.338
Margem (a-b-c)	1.601.127	1.671.810
Índice de Basileia (Circular Bacen nº 3.477, de 28.12.2009)	16,63%	16,94%
Índice de Basileia Amplo (Incluindo Valor RBAN)	16,11%	16,24%

⁽¹⁾ 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme artigos 11 a 16 da Circular Bacen nº 3.360, de 12.09.2007.

ii. Detalhamento do PR

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
Patrimônio de Referência (PR)	5.044.842	5.184.271
. Nível I	2.727.812	2.611.406
Patrimônio Líquido	2.442.623	2.683.751
Contas de Resultado Credoras	1.860.306	-
Contas de Resultado Devedoras	(1.790.017)	-
Reservas de Reavaliação	(21.183)	(22.904)
Créditos Tributários Excluídos	(6.633)	(6.633)
Ativo Permanente Diferido	(619)	(942)
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	243.335	(41.866)
. Nível II	2.370.257	2.572.865
Reservas de Reavaliação	21.183	22.904
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível II do PR ⁽¹⁾	1.228.504	1.202.392
Instrumentos de Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.422.415	1.332.382
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	(243.335)	41.866
Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	(58.510)	(26.679)
. Deduções	(53.227)	-
Ativos Classificados como Instrumentos de Dívida Subordinada	(53.227)	-

⁽¹⁾ O contrato dos instrumentos híbridos de capital e dívida foi firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional com prazo de vencimento indeterminado.

⁽²⁾ Os instrumentos de dívidas subordinadas foram realizados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com prazo de vencimento indeterminado.

Notas Explicativas

iii. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669 de 25.11.1999, estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O índice de imobilização do Banco encontra-se conforme demonstrado a seguir:

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	5.044.842	5.184.271
Limite para Imobilização	2.522.421	2.592.135
Situação	(234.378)	(200.619)
Margem	2.288.043	2.391.516
Índice de imobilização	4,65%	3,87%

NOTA 28 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	392.171	443.895
Total	392.171	443.895

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 26)	566.702	661.009
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.e)	1.706.841	1.586.201
Tesouro Nacional	759	809
BNDES	1.529.098	1.435.621
Finame	176.984	149.771
Outras Obrigações	9.501.629	9.069.111
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.g)	6.850.710	6.534.337
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.h e Nota 17)	1.228.504	1.202.392
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.i e Nota 18)	1.422.415	1.332.382
Total	11.775.172	11.316.321

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
Passivos		
Benefícios Pós-Emprego Capef Plano BD (Nota 16.j)	555.957	576.635
Benefícios Pós-Emprego Capef Plano CV I (Nota 16.j)	194	99
Benefícios Pós-Emprego Camed Plano Natural (Nota 16.j)	786.660	750.576
Total	1.342.811	1.327.310

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.09.2013	01.01 a 30.09.2012
Benefícios de Curto Prazo		2.062
Honorários	2.633	1.923
Diretoria	2.259	1.638
Conselho de Administração	186	142
Conselho Fiscal	188	143
Outros	194	129
Participação no Lucro	530	10
Total dos Benefícios de Curto Prazo	3.357	2.062
Benefícios Pós-Emprego	169	175
Total	3.526	2.237

Notas Explicativas

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 29 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.07 a 30.09.2013	01.01 a 30.09.2013	01.07 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2012
Lucro Líquido	103.695	303.723	248.724	679.078
Outros Resultados Abrangentes	(32.197)	(270.689)	(274.105)	(393.784)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(138.931)	(475.336)	(17.622)	88.249
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	55.572	190.134	7.049	(35.300)
Realização da Reserva de Reavaliação	956	2.868	956	2.868
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(382)	(1.147)	(383)	(1.148)
Ganhos ou Perdas Atuariais	50.588	12.792	(264.105)	(448.453)
Resultado Abrangente	71.498	33.034	(25.381)	285.294

NOTA 30 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2013	31.12.2012
Créditos Abertos para Importação	20.946	23.804
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	30.450	82.669
- FNE	16.418.890	15.153.541
- Outras Entidades	83.260	64.584
Coobrigações em Cessões de Crédito	26.326	24.786

Fortaleza, 22 de outubro de 2013.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3l), em decorrência da mudança de política contábil, com a aplicação da norma revisada CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados, aprovada pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado – DVA, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de novembro de 2013.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP15199/O-6-"S"-PA